



Jornal do CFFa

Conselho Federal de Fonoaudiologia

Ano X – Número 40 – janeiro-março de 2009

BALANÇO DE 2008 aponta as principais atividades do 9º Colegiado do CFFa



Conselho Federal de Fonoaudiologia
edita cinco novas resoluções.
Confira o conteúdo na página 4

A tabela de procedimentos do SUS foi
modificada e favorece o registro de
procedimentos realizados por fonoaudiólogos

Programa dos Conselhos no EIA

Atividades na Programação Científica

Dia: 20/4

Horário: 12h às 13h

Mesa Redonda 13: Calibração

Coordenação: Cláudia Taccolini Manzoni (CFFa)

Palestrante: Walter E. Hoffmann (INMETRO)

Atividades dos Conselhos de Fonoaudiologia

Stand no EIA – Visite o *stand* dos conselhos e receba o guia de orientações para o laudo audiológico.

Atividades na Sala dos Conselhos

Dia: 19/4

Horário: 14h às 15h30

Roda de conversa com docentes de audiologia

Coordenação: Conselheira Angela Ribas (CRFa 3a.R)

Dia: 19/4

Horário: 16h30 às 18h30

Tema: Orientação dos Conselhos para o laudo audiológico: Audiometria Tonal, Logaudiometria e Medidas da Imitância Acústica

Coordenação: Daniela Soares de Queiroz (CRFa 2a.R)

Palestrante: Thelma Costa

Dia: 20/4

Horário: 9h às 12h

Reunião interconselhos de audiologia

Dia: 20/4

Horário: 14h às 16h30

Fórum de orientação dos conselhos sobre calibração

Coordenação: Cláudia Taccolini Manzoni (CFFa) e representantes dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia

Participem!!!!



9º Colegiado do CFFa
Gestão abril/2008 a abril/2009

DIRETORIA EXECUTIVA

Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida – Presidente
Marlene Canarim Danesi – Vice Presidente
Ana Cláudia Miguel Ferigotti – Diretora Secretária
Isabela de Almeida Poli – Diretora Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Ana Cláudia Miguel Ferigotti, Charleston Teixeira Palmeira, Isabela de Almeida Poli, Leila Coelho Nagib, Márcia Tiveron de Souza, Maria Aúrea Caldas Souto, Maria do Carmo Coimbra de Almeida, Marlene Canarim Danesi, Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida e Sílvia Maria Ramos

CONSELHEIROS SUPLENTE

Ana Cláudia de Araújo Hein Rodrigues, Ana Luzia dos Santos Vieira, Cláudia Regina Charles Taccolini, Daniele Andrade da Cunha, Denise Terçaroli, Lia Maria Brasil de Souza, Luciana Ullhôa Guedes, Maria Carla Pinto Gonçalves, Maria Teresa Pereira Cavalheiro e Marileia Fontana

COMISSÕES

COMISSÃO DO MERCOSUL

Marlene Canarim Danesi – Presidente, Maria do Carmo Coimbra de Almeida, Ana Luzia dos Santos Vieira, Denise Terçaroli, Maria Aúrea Caldas Souto, Marileia Fontana e Sílvia Maria Ramos

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA

Leila Coelho Nagib – Presidente, Marlene Canarim Danesi e Maria Aúrea Caldas Souto

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ana Lúcia Rodrigues Torres – Presidente, Charleston Teixeira Palmeira, Cláudia Regina Charles Taccolini, Ivanir Aparecida Franco Lobato de Araújo, Joelma Donato Camilo, Leila Coelho Nagib e Sílvia Maria Ramos

COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS

Charleston Teixeira Palmeira – Presidente, Leila Coelho Nagib, Maria Aúrea Caldas Souto e Maria Carla Pinto Gonçalves

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO VIRTUAL

Sílvia Maria Ramos – Presidente, Ana Cláudia de Araújo Hein Rodrigues, Ana Luzia dos Santos Vieira, Charleston Teixeira Palmeira, Daniele Andrade da Cunha, Isabela de Almeida Poli, Lia Maria Brasil de Souza, Luciana Ullhôa Guedes, Maria do Carmo Coimbra de Almeida, Marlene Canarim Danesi e Marileia Fontana

COMISSÃO DE ANÁLISE DE TÍTULO DE ESPECIALISTA E CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO – CATECE

Sílvia Maria Ramos – Presidente, Ana Cláudia Miguel Ferigotti, Charleston Teixeira Palmeira, Daniele Andrade da Cunha, Lia Maria Brasil de Souza, Maria Aúrea Caldas Souto e Maria do Carmo Coimbra de Almeida

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E LEIS E NORMAS

Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida – Presidente, Ana Cláudia Miguel Ferigotti, Cláudia Regina Charles Taccolini, Isabela de Almeida Poli, Leila Coelho Nagib, Lia Maria Brasil de Souza, Márcia Tiveron de Souza, Maria Aúrea Caldas Souto, Maria Carla Pinto Gonçalves e Marileia Fontana

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CEDUC

Marlene Canarim Danesi – Presidente, Maria Aúrea Caldas Souto, Ana Cláudia de Araújo Hein Rodrigues, Denise Terçaroli, Leila Coelho Nagib, Luciana Ullhôa Guedes, Maria do Carmo Coimbra de Almeida, Maria Teresa Pereira Cavalheiro, Marileia Fontana e Sílvia Maria Ramos

COMISSÃO DE SAÚDE

Cláudia Regina Charles Taccolini – Presidente, Márcia Tiveron de Souza, Ana Cláudia Miguel Ferigotti, Ana Luzia dos Santos Vieira, Denise Terçaroli, Isabela de Almeida Poli, Luciana Ullhôa Guedes, Maria Teresa, Pereira Cavalheiro, Maria Carla Pinto Gonçalves, Marileia Fontana, Marlene Canarim Danesi e Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida



JORNAL DO CFFa
PRODUÇÃO EDITORIAL

Liberdade de Expressão – Agência e Assessoria de Comunicação
www.liberdadeexpressao.inf.br

Jornalista responsável – Patrícia Cunegundes (JP 1050 DRT/CE)
Reportagem – Danilson Ramos e Simone Andrade
Edição – Ana Luíza Aguiar / Revisão – Bárbara de Castro e Joira Coelho
Diagramação – Luana Melo

IMPRESSÃO

Dupligráfica Editora Ltda.

TIRAGEM

40.000 exemplares

PARA ANUNCIAR

Tel. (0 ** 61) 3322-3332
e-mail: fono@fonoaudiologia.org.br

Como entrar em contato com o Jornal do CFFa:
SRTVS Qd. 701, Ed. Palácio do Rádio II – Bl. E, Salas 624/630
Tel. (0 ** 61) 3322-3332/3321-5081/3321-7258
Fax (0 ** 61) 3321-3946
e-mail: imprensa@fonoaudiologia.org.br
Site: http://www.fonoaudiologia.org.br

Editorial



Danilson Ramos

Fonoaudiólogas Isabela de Almeida Poli, Marlene Canarim Danesi, Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida e Ana Cláudia Miguel Ferigotti – Membros da Diretoria

Unidade e Força

A ideia de um editorial conjunto da Diretoria partiu do desejo do grupo em inserir, nesta edição, as principais ações que foram realizadas com a participação de todo o colegiado em 2008. Ações que, direta ou indiretamente, contribuem para o exercício profissional do fonoaudiólogo pelos caminhos que o Sistema dos Conselhos de Fonoaudiologia vêm percorrendo, no desejo de ver a profissão cada vez mais fortalecida e reconhecida pela população.

Em 2008, nos debruçamos sobre a elaboração de normatizações relativas à prática profissional. Avançamos ao reconhecer a atuação em motricidade orofacial com finalidade estética, conforme já destacado na edição anterior e, mais recentemente, com a publicação de resoluções relativas à atuação em disfagia e processamento auditivo, que podem ser conferidas nesta edição. Outra boa notícia é a edição da resolução sobre o estágio não obrigatório, que aponta as diretrizes para a atuação do Fonoaudiólogo que recebe o aluno, além da publicação do novo regulamento eleitoral do Sistema dos Conselhos de Fonoaudiologia, o qual esperamos que seja acessado por muitos Fonoaudiólogos, com vistas à formação de chapas para as eleições que se aproximam. Essas foram algumas tarefas, que demandaram muito estudo e investimento dos Conselheiros Federais, Regionais e colaboradores no ano de 2008.

Outro marco do ano que passou foi a participação dinâmica dos Conselhos de Fonoaudiologia no Congresso Brasileiro, em Campos do Jordão, pautando temas agregadores, como a atuação do Fonoaudiólogo nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, na Saúde Suplementar e na Educação, que resultaram na elaboração de documentos e folders, distribuídos no evento.

Relevante também foi a nossa participação em todos os Fóruns de debates e discussões de interesse da classe fonoaudiológica. Estivemos presentes, representando a Fonoaudiologia, no Fórum dos Conselhos Federais e nas reuniões de Comissões Permanentes do Conselho Nacional de Saúde, discutindo diversas questões, como o papel da Fonoaudiologia na qualidade de vida da pessoa idosa e com deficiência. A análise, por parte deste colegiado, dos inúmeros temas debatidos e aprofundados no âmbito da Fonoaudiologia tem impulsionado a participação de Fonoaudiólogos, bem como a integração com entidades fonoaudiológicas. O CFFa sentiu, ainda, a necessidade de aumentar o quadro funcional e aproveitá-lo para divulgar que, em breve, abrirá concurso para contratar novos funcionários, entre eles Fonoaudiólogo, que contribuirá nas diversas ações técnicas e políticas realizadas pelo conselho.

Há muito ainda a ser feito. Em 2009, temos como metas a continuidade de diversos trabalhos já iniciados, como a revisão do Código de Processo Ético-Disciplinar e do Manual de Orientação e Fiscalização, a discussão sobre Residência Profissional, calibração de equipamentos e outros temas de relevância para a profissão. Também traçamos como meta a continuidade da discussão sobre a abrangência da área de atuação fonoaudiológica e as interfaces teóricas e práticas, entendendo que a Fonoaudiologia possui um campo de saber complexo, abrangente e desafiador, o que nos levará a promover novos debates sobre as áreas de especialidades da profissão. O editorial do próximo número contará com novos membros da Diretoria, que chegam para somar àqueles que permanecem, dando continuidade às ações propostas na nossa plataforma. A eleição dos membros da Diretoria ocorre anualmente, tendo este colegiado optado por uma estratégia de gestão democrática e participativa, com revezamento dos conselheiros na diretoria e o estímulo à participação de todos nas comissões.

Estamos confiantes e focados em atingir todas as metas propostas, na certeza de que trabalhamos com um grupo integrado, que reconhece que a participação de todos os Fonoaudiólogos é fundamental na construção de uma Fonoaudiologia para todos.

RESOLUÇÃO é o ato normativo de competência exclusiva do plenário do Conselho Federal de Fonoaudiologia, destinado a explicitar a legislação e expedir normas, para sua correta execução, bem como disciplinar os casos omissos.

Conselho edita cinco novas Resoluções

Após intenso debate, o Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) editou, em dezembro de 2008, cinco novas Resoluções, duas delas diretamente relacionadas ao exercício profissional: Resolução CFFa nº 356, de 6 de dezembro, que “dispõe sobre a competência técnica e legal do fonoaudiólogo para atuar nas disfagias orofaríngeas”; e a Resolução CFFa nº 357, de 6 de dezembro, que “dispõe sobre a competência técnica e legal do fonoaudiólogo para atuar na prevenção, avaliação e reabilitação dos transtornos do processamento auditivo”.

As outras três resoluções são a Resolução CFFa nº 358, de 6 de dezembro, que “dispõe sobre a regulamentação de estágio não obrigatório em Fonoaudiologia e dá outras providências”, a Resolução CFFa nº 359, de 6 de dezembro, que “dispõe

sobre a concessão e o registro de título de especialista profissional no âmbito do Conselho Federal de Fonoaudiologia e dá outras providências”, e a Resolução CFFa nº 360, de 6 de dezembro, que “regulamenta a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e o Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982, relativamente às eleições no âmbito do Conselho Federal de Fonoaudiologia e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia e dá outras providências.”

Todas as resoluções foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) no dia 9 de dezembro. O conteúdo completo das resoluções pode ser acessado no site do Conselho Federal: www.fonoaudiologia.org.br, clicando em Legislação, opção Leis/Decretos/Resoluções/Pareceres, e inserindo o número da resolução ou parte do texto nos campos destinados para a busca.

CRESCER DEMANDA POR ATUAÇÃO DE FONOAUDIÓLOGOS EM TRATAMENTO DE DISFAGIA. “Por se tratar de um quadro complexo, o tratamento do paciente disfágico requer a integração do Fonoaudiólogo com outros profissionais de saúde, sendo seu objetivo principal possibilitar ao indivíduo uma alimentação segura, contribuindo, assim, para o seu bem estar e qualidade de vida”.

“A atuação do Fonoaudiólogo em disfagia revela crescente aumento nos últimos anos e a Resolução nº 356/08 visa a regular essa atuação, ressaltando a com-

petência legal e a capacidade técnica do Fonoaudiólogo para avaliar, diagnosticar e tratar as disfagias, apontando diversas atribuições que lhe compete nesta atuação”, explicou a presidente do CFFa, Sandra Vieira. Os estudos, as pesquisas e as publicações na área das disfagias acompanham o expressivo aumento dessa atuação e trazem colaborações importantes para todos os profissionais que trabalham nesse campo.

Segundo o Dr. André Farias, Fonoaudiólogo e professor da Universidade de Brasília, “a resolução é bem-vinda e necessária, não apenas para preservar uma área de atuação que é de fato nossa, mas também para determinar todas as atribuições nessa área de extrema complexidade e que envolve toda uma equipe multiprofissional”.

O artigo 1º da Resolução nº 356/08 estabelece o Fonoaudiólogo como o profissional legalmente habilitado para “realizar a avaliação, o diagnóstico e o tratamento fonoaudiológicos das disfagias orofaríngeas, bem como o gerenciamento destas no recém-nascido, na criança, no adolescente, no adulto e no idoso”.

Dentre as competências do profissional Fonoaudiólogo descritas na resolução, estão: orientar equipes para identificar e avaliar a disfagia; realizar a habilitação, a reabilitação, a compensação, a adaptação e o gerenciamento dos distúrbios de deglutição; prescrever a consistência alimentar, o volume, as manobras e posturas neces-

Arquivo CFFa



Fonoaudióloga Luciana Ulhôa, conselheira do CFFa

sárias para administração da dieta oral; colaborar nas decisões de indicação e retirada de vias alternativas de alimentação; participar dos procedimentos de exames de videoendoscopia e videofluoroscopia; efetuar procedimentos de limpeza das vias aéreas superiores, dentre outras.

Para a Dra. Ana Furkim, doutora em Distúrbios da Comunicação Humana e docente do programa de pós-graduação da Universidade Tuiuti do Paraná, a resolução vai contribuir muito equiparando e oficializando as atividades realizadas pela Fonoaudiologia em disfagia há muitos anos no País, além de fortalecer a atuação profissional dentro dos hospitais.

Segundo as conselheiras Luciana Ulhôa e Maria Carla Gonçalves, é importante ressaltar que a construção desse documento contou com a colaboração de vários profissionais envolvidos diretamente na atuação em disfagia, assim como de todos os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. “A expectativa do Conselho Federal de Fonoaudiologia é de que essa resolução possa colaborar para preservação, ampliação e fortalecimento da atuação do Fonoaudiólogo na área”, afirma Luciana.

PROCESSAMENTO AUDITIVO. Na última década, os estudos e a aplicação dos conhecimentos em Audiologia também apresentaram crescimentos consideráveis no Brasil, com avanços em diversas áreas de atuação. Reconhecendo essa

atuação e a importância do assunto, o Conselho editou a Resolução CFFa nº 357, de 6 de dezembro, que “dispõe sobre a competência técnica e legal do Fonoaudiólogo para atuar na prevenção, avaliação e reabilitação dos transtornos do processamento auditivo”.

A conselheira federal Cláudia Taccolini destacou que a resolução reuniu as contribuições de todos os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, que elaboraram pareceres sobre o tema e trouxeram sugestões ao documento.

Segundo a resolução, compete ao Fonoaudiólogo realizar a avaliação do processamento auditivo por meio de testes comportamentais e eletrofisiológicos, detectar a capacidade do paciente de reconhecer sons em diversas condições de escuta, relatar aspectos a ser habilitados em cada alteração e promover a reabilitação. Cabe também ao Fonoaudiólogo solicitar avaliações e exames a outros profissionais para diagnóstico e reabilitação precisa dos transtornos.

“Ter uma resolução que resguarde nosso fazer fonoaudiológico na área do processamento auditivo nos possibilita manter e ampliar nossos espaços profissionais. A união entre o Conselho Federal e os órgãos científicos é o caminho para a solidificação da prática profissional”, resalta Dra. Sheila Andreoli Balen, docente do curso de Fonoaudiologia da UNIVALI (SC) e pesquisadora do processamento auditivo desde 1995.



Arquivo CFFa

Fonoaudióloga Cláudia Taccolini, presidente da Comissão de Saúde do CFFa

Dentre as atribuições do Fonoaudiólogo publicadas na resolução, cabe ressaltar, ainda, sua competência na orientação a clientes, familiares e outros profissionais envolvidos no processo de reabilitação sobre dificuldades vivenciadas por quem apresenta essa alteração, estratégias que possam favorecer a comunicação e a interação desse indivíduo.

“Quando um distúrbio do processamento auditivo (DPA) é detectado por meio da avaliação audiológica, e uma intervenção fonoaudiológica é realizada, ocorre uma melhora nas condições acústicas e de linguagem desse indivíduo, interferindo positivamente nas suas condições de vida, de trabalho e em sua saúde”, garante a Dra. Liliâne Desgualdo, professora da Universidade Federal de São Paulo.

Outras Resoluções aprovadas

A Resolução nº 359/08 estabelece que os títulos de especialista só serão reconhecidos quando concedidos e registrados pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, mediante anotação na carteira profissional. O profissional que requer o título deverá ter sido aprovado em concurso de provas e títulos e estar regularmente inscrito no CRFa nos últimos três anos. Cada Fonoaudiólogo poderá ter, no máximo, dois registros de especialista reconhecidos pelo CFFa.

A Resolução nº 360/08, que reorganiza as eleições para os Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia, traz algumas novidades, como o fato de estarem organizadas num único documento, contendo corpo inicial comum às duas eleições, a descrição detalhada de todos os prazos, visando a facilitar o entendimento pelas chapas, e normas gerais para a votação via internet, caso os Conselhos Regionais venham a adotar tal modalidade.

Já a Resolução nº 358/08 determina os preceitos que regem o estágio não obrigatório em Fonoaudiologia. O texto traz diretrizes tanto para a empresa onde o futuro Fonoaudiólogo realizará seu treinamento, quanto para o supervisor imediato responsável pela atuação do aprendiz.

Residências Multiprofissionais e por área Profissional da Saúde

Arquivo pessoal



Fonoaudióloga Maria Cecília Bonini, da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia

A residência multiprofissional e em área profissional de saúde é uma modalidade de pós-graduação sob a forma de especialização. Os trabalhadores-residentes são treinados em serviços de saúde supervisionados por profissionais qualificados em regime de dedicação exclusiva. “As residências multiprofissionais têm papel importante na criação e consolidação de modelos de referências práticas de saúde voltadas para as necessidades da população e da organização dos serviços previstos pelas políticas de saúde do SUS”, ressalta a Fonoaudióloga Maria Cecília Bonini, da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa).

A residência cria oportunidades de formação e trabalho em equipe, por isso, não pertence a uma categoria específica. A Fonoaudióloga Nilma Santos, avaliadora de Programas de Residência da CNRMS, participou de um dos programas de residência multiprofissional em saúde na Universidade do Estado da Bahia, entre 2007 e 2008. Na turma em que estudou – formada por 10 profissionais – havia Terapeutas Ocupacionais, Psicólogos,

Assistentes Sociais e Enfermeiras. “No início, todo o trabalho com saúde mental era novo. O que me ajudou muito foi o trabalho em equipe, interdisciplinar, um imperativo na saúde mental e na residência, os colegas sempre me apoiaram muito a conhecer a política, as lógicas, a resgatar e re-inserir esses sujeitos”, lembra.

Os Fonoaudiólogos representantes de diferentes segmentos da categoria pretendem manter as discussões sobre o cenário e os desafios da Fonoaudiologia nas residências uni e multiprofissionais e apontam a necessidade de identificação das áreas onde ocorrem os dois tipos de residência. Segundo a conselheira do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), Maria Teresa Cavalheiro, os encontros para debate poderão ocorrer durante eventos oficiais da Fonoaudiologia, como o Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia e o Congresso da Rede Unida, por exemplo. Além dessas oportunidades, a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) se propôs a realizar reuniões com a participação de diferentes categorias e segmentos profissionais. Os encontros terão a finalidade de definir as Câmaras Técnicas e as áreas temáticas. Segundo a apresentação feita pela CNRMS no III Seminário de Residências Multiprofissionais e por Área Profissional de Saúde, relatado no último **Jornal do CFFa** (ANO IX, Nº 39. 2008), os critérios de definição das áreas temáticas articulam espaços institucionais e campos de atuação. A Fonoaudiologia, inicialmente, foi incluída em cinco áreas: Clínica, Cirúrgica, Saúde Funcional, Atenção Básica/Saúde da Família e Saúde Coletiva, mas vai buscar se inserir em outras áreas, como Intensivismo e Saúde Mental.

Desses encontros pretende-se responder questões quanto a quem compete o cadastramento dos programas – Minis-

tério da Saúde (MS), Ministério da Educação e Cultura (MEC) ou Conselhos Profissionais; como garantir que os programas considerem as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e a integralidade; como evitar que as diferenças entre as profissões se transformem em disputas corporativas. “Para a superação dos desafios, é necessário que se aperfeiçoem recursos e espaços de debate como o Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), Federação das Entidades dos Trabalhadores da Área da Saúde (FENTAS), Fórum Nacional de Educação das Profissões da Área da Saúde (FNEPAS) e CNRMS, pois só o trabalho conjunto favorecerá o processo de cadastramento, credenciamento, acompanhamento e avaliação dos Programas de Residência”, diz a conselheira Maria Teresa Cavalheiro.

Entre os assuntos abordados pelos Fonoaudiólogos reunidos durante o III Seminário de Residências Multiprofissionais e por Área Profissional de Saúde está a necessidade de valorização da classe no nordeste do País, o perfil do Fonoaudiólogo no Programa e a instrumentalização da categoria para propor a inserção efetiva na Atenção Básica e nos Núcleos



Arquivo pessoal

Fonoaudióloga Nilma Santos, avaliadora de Programas de Residência da CNR-MS

de Apoio à Saúde da Família (Nasf). A proposta central dos representantes da Fonoaudiologia é promover eventos para que os profissionais relatem experiências e tratem da importância das residências.

O papel dos Conselhos nos Programas de Residência também é tema ressaltado nos debates entre as diferentes categorias. Segundo Maria Teresa Cavalheiro, os Conselhos Profissionais atuam de modo diversificado quanto à regulação dos programas de residência. O Conselho Federal de Fonoaudiologia tem demonstrado preocupação com a formação de recursos humanos para o SUS e atuado de modo a promover a reflexão sobre essa questão. A Resolução CFFa Nº 323/06, de 17 de fevereiro, que “dispõe sobre a Residência em Fonoaudiologia e dá outras providências” e a Resolução CFFa Nº 359/08, de 6 de dezembro, que “dispõe sobre as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia e dá outras providên-

cias”, definem os critérios para concessão de título de especialista e valoriza os programas de residência nesta prova.

Entre as demais áreas de saúde destacam-se ações como a do Conselho Federal de Psicologia, que concede título de especialista a quem faz residência. O Conselho Federal de Nutricionistas, na Resolução CFN Nº 335/04, “dispõe sobre normas de funcionamento da residência em Nutrição no Brasil e dá outras providências” e a Comissão Nacional de Residências em Enfermagem, do COFEN, regulamenta as Residências através da Resolução Nº 259/01, que “estabelece padrões mínimos para registro de Enfermeiro Especialista, na modalidade de Residência em Enfermagem”.

Considerando os desafios para nossa categoria, a conselheira Maria Teresa Cavalheiro aponta a necessidade de ampliar e distribuir o número de vagas dos Programas de Residência; propiciar a diversidade de categorias nos dois programas,



Arquivo pessoal

Fonoaudióloga Maria Teresa Cavalheiro, conselheira do CFFa

para garantir a integração; buscar inserção da Fonoaudiologia em outras áreas temáticas definidas para as Câmaras Técnicas, como Intensivismo e Saúde Mental; discutir o processo de certificação das residências; fortalecer a relação entre Ensino - Serviço / Ministério da Educação e Cultura (MEC) - Ministério da Saúde (MS) e participar dos debates sobre as políticas de financiamento dos programas.



Instituto Superior de Fonoaudiologia credenciado junto ao MEC e ao CFFa

Semana de Atualização IEAA em Junho de 2009

Acesse o site para mais informações!

Especialização em:

Audiologia - Motricidade Orofacial –Linguagem

Na sede SP: Turmas Noturnas e Mensais
Aulas Teóricas e Práticas

Na sede Juiz de Fora: Turmas Mensais
Mesmo Corpo Docente de SP

Acesse: www.ieaa.com.br

Ou ligue:

São Paulo – (011) 2221-8524
Juiz de Fora – (032) 3212-2363

Cursos Teórico - Práticos: Aprimoramentos e Aperfeiçoamentos:

- Audiologia Clínica
- Avaliação Comportamental do Processamento Auditivo (Central)
- Avaliação e Reabilitação do Sistema Vestibular
- Processo de Seleção e Adaptação da Prótese Auditiva

- Empreendedorismo e Fonoaudiologia Empresarial: perspectivas de atuação em Comunicação Corporativa e Pessoal
- Distúrbios da Comunicação Oral e da Deglutição de Etiologia Mecânica e Neurológica
- Fonoaudiologia e Saúde do Trabalhador

Fonoaudiólogos podem registrar novos procedimentos

A partir de novembro de 2008, a tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) incorporou modificações de forma a favorecer o registro de diversos procedimentos realizados por fonoaudiólogos.

Essa mudança foi fruto de manifestações de fonoaudiólogos de todo o Brasil e da solicitação do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), endereçada ao Ministério da Saúde.

As principais reivindicações encaminhadas relacionavam-se à possibilidade de registro de diversos procedimentos na atenção básica, como consulta e atividade educativa, em atendimento domiciliar e no âmbito hospitalar pelo

fonoaudiólogo. Além destes foram solicitados outros ajustes que impossibilitavam o apontamento da produção do fonoaudiólogo de forma adequada. Da forma como estava, por exemplo, só era possível registrar uma avaliação de voz ou linguagem se o serviço estivesse classificado como de Audiologia.

A Fonoaudióloga Claudia Taccolini Manzoni, presidente da Comissão de Saúde do CFFa, lembra que "o registro alimenta um importante sistema de informação utilizado para planejamento, avaliação e monitoramento das ações e serviços de saúde no Brasil, possibilitando a melhoria das políticas públicas". É por meio dele que as secretarias de saúde estaduais

e municipais poderão ter dados sobre a ocorrência das ações de saúde, identificar e planejar ações.

Dessa forma, a participação de todos os fonoaudiólogos no registro de procedimentos realizados é essencial para o aprimoramento da informação epidemiológica e o fortalecimento de nossa atuação no SUS.

A tabela do SUS é atualizada periodicamente e pode ser consultada, em sua íntegra, no site do Ministério da Saúde, na página <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

Segue, ao lado, a análise dos procedimentos realizados pelo Fonoaudiólogo na tabela vigente, realizada pela comissão de saúde.

UMA SOLUÇÃO DE DIAGNÓSTICO PARA CADA CASO

ITERA - AUDIÔMETRO DE 2 CANAIS
R\$ 12.848,00*



*Esse valor pode sofrer alteração sem aviso prévio.

IMITANCIÔMETRO

AUDIÔMETRO

TRIAGEM OEA

ACESSE NOSSO SITE E OBTENHA TAMBÉM INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS EQUIPAMENTOS:
www.danavox.com.br

R. do Paraíso, 139 - 6º andar - Tel: 11 3016-8388

 otometrics

PROCEDIMENTO			MODALIDADE	REGISTRO	VALOR		
CONSULTA/ AVALIAÇÃO	CONSULTA	0301010030 - CONSULTA PROF NÍVEL SUP NAAT BÁSICA (EXCETO MÉDICO)	AMB	BPA-C	R\$ 0,00		
		0301010048 - CONSULTA PROF NÍVEL SUP NAAT ESPECIAL (EXCETO MÉDICO)	AMB/H/HD	BPA-C/AIH	R\$ 6,30		
	AVALIAÇÃO	0211070017 - ANÁLISE ACÚSTICA DA VOZ POR MEIO DE LABORATÓRIO DE VOZ	AMB	BPA-C	R\$ 4,11		
		0211070068 - AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM ESCRITA/LEITURA	AMB/H/HD	BPA-C/AIH	R\$ 4,11		
		0211070076 - AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM ORAL	AMB/H/HD	BPA-C/AIH	R\$ 4,11		
		0211070084 - AVALIAÇÃO MIOFUNCIONAL DE SISTEMA ESTOMATOGNÁTICO	AMB/H/HD	BPA-C/AIH	R\$ 4,11		
		0211070114 - AVALIAÇÃO VOCAL	AMB/H/HD	BPA-C/AIH	R\$ 4,11		
		0211070173 - EXAME DE ORGANIZAÇÃO PERCEPTIVA	AMB	BPA-C	R\$ 4,11		
		0211070181 - EXAME NEUROPSICOMOTOR EVOLUTIVO	AMB	BPA-C	R\$ 4,11		
		0211070050 - AVALIAÇÃO AUDITIVA COMPORTAMENTAL	AMB	BPA-C	R\$ 18,00		
		0211070360 - TRIAGEM AUDITIVA DE ESCOLARES	AMB	BPA-C	R\$ 12,00		
		0301050023 - ASSIST DOMICILIAR POR EQ MULTIPROF NAAT BÁSICA	AD	BPA-I	R\$ 0,00		
		0301050031 - ASSIST DOMICILIAR POR EQ MULTIPROF NAAT ESPECIALIZADA	AD	BPA-I	R\$ 18,29		
		0101030029 - VISITA DOMICILIAR/INSTITUCIONAL EM REABILITAÇÃO	AMB	BPA-C	R\$ 0,00		
0101010010 - ATIV EDUC/ORIENT GRUPO AT BÁSICA	AMB	BPA-C	R\$ 0,00				
PROMOÇÃO PROTEÇÃO	GRUPO	0101010028 - ATIV EDUC/ORIENT GRUPO AT ESPECIALIZADA	AMB	BPA-C	R\$ 0,00		
		0101010036 - PRÁTICA CORPORAL / ATIV FÍSICA EM GRUPO	AMB	BPA-C	R\$ 0,00		
		0301040036 - TERAPIA EM GRUPO	AMB	BPA-C	R\$ 6,15		
		0301070083 - ATENDIM OFICINA TERAP I P/ PORT NEC ESP (POR OFICINA)	AMB	BPA-C	R\$ 6,66		
		0301070091 - ATENDIM OFICINA TERAP II P/ PORT NEC ESP (POR OFICINA)	AMB	BPA-C	R\$ 25,24		
		0301040044 - TERAPIA INDIVIDUAL	AMB	BPA-C	R\$ 2,81		
		0301070113 - TERAPIA FONOAUDIOLÓGICA INDIVIDUAL	AMB	BPA-I	R\$ 10,90		
		0301070024 - ACOMP PAC EM REAB EM COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA	AMB	BPA-I	R\$ 15,26		
		0301070059 - ACOMP PSICOPEDAG PAC EM REAB	AMB	BPA-I	R\$ 15,26		
		0301070067 - ATENDI/ACOMP EM REAB NAS MULTIPLAS DEFICIÊNCIAS	AMB	BPA-I	R\$ 6,49		
		0301070075 - ATENDI/ACOMP PAC REAB DNPm	AMB	BPA-I	R\$ 15,26		
		0301070105 - ATENDI/ACOMP INT PAC REAB FÍSICA (1 TURNO PAC-DIA-15 AT-MES)	AMB	BPA-I	R\$ 17,55		
		0301070121 - TRAT INT PAC REAB FÍSICA (1 TURNO PAC-DIA-20 ATEND-MES)	AMB	BPA-I	R\$ 21,69		
		0301070130 - TRAT INT PAC REAB FÍSICA (2 TURNOS PAC-DIA-20 ATEND-MES)	AMB	BPA-I	R\$ 33,70		
REABILITAÇÃO	INDIVIDUAL	0301020019 - ACOMP PACIENTE PORTADOR DE AGRAVOS RELAC TRABALHO	AMB	BPA-I	R\$ 0,00		
		0301020027 - ACOMP PACIENTE PORTADOR DE SEQUELAS RELAC TRABALHO	AMB	BPA-I	R\$ 0,00		
		0301080038 - ACOMP PAC SAÚDE MENTAL TERCEIRO TURNO	AMB	APAC	R\$ 17,93		
		0301080054 - ACOMP INTENSIVO CCA/ADOLESC C/ TRANST MENTAIS	AMB	APAC	R\$ 25,40		
		0301080089 - ACOMP NÃO INTENSIVO CCA/ADOLESC C/ TRANST MENTAIS	AMB	APAC	R\$ 14,85		
		0301080119 - ACOMP SEMI-INTENSIVO CCA/ADOLESC C/ TRANST MENTAIS	AMB	APAC	R\$ 16,30		
		0301070040 - ACOMP NEUROPSICOLÓGICO PAC REABILITAÇÃO	AMB	BPA-I	R\$ 15,26		
		0303110023 - TRATAM ANOMALIAS CROMOSS NÃO CLASSIF EM OUTRA PARTE	HOSP	AIH	R\$ 282,57		
		0301080011 - ABORD COGN COMPORT FUMANTE (POR ATEND/PACIENTE)	AMB	BPA-C	R\$ 0,00		
		OUTROS	SAÚDE TRABALHADOR	0301080038 - ACOMP PAC SAÚDE MENTAL TERCEIRO TURNO	AMB	APAC	R\$ 17,93
				0301080054 - ACOMP INTENSIVO CCA/ADOLESC C/ TRANST MENTAIS	AMB	APAC	R\$ 25,40
				0301080089 - ACOMP NÃO INTENSIVO CCA/ADOLESC C/ TRANST MENTAIS	AMB	APAC	R\$ 14,85
				0301080119 - ACOMP SEMI-INTENSIVO CCA/ADOLESC C/ TRANST MENTAIS	AMB	APAC	R\$ 16,30
				0301070040 - ACOMP NEUROPSICOLÓGICO PAC REABILITAÇÃO	AMB	BPA-I	R\$ 15,26
0303110023 - TRATAM ANOMALIAS CROMOSS NÃO CLASSIF EM OUTRA PARTE	HOSP			AIH	R\$ 282,57		
0301080011 - ABORD COGN COMPORT FUMANTE (POR ATEND/PACIENTE)	AMB			BPA-C	R\$ 0,00		

PROCEDIMENTO			MODALIDADE	REGISTRO	VALOR
SAÚDE AUDITIVA	AUDIOLOGIA	0211050113 - POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO	AMB/H/HD	PBA-C/AIH	R\$ 4,06
		0211070025 - AUDIOMETRIA DE REFORÇO VISUAL (VIA AÉREA / ÓSSEA)	AMB/H/HD	BPA-C/AIH/APAC	R\$ 21,00
		0211070033 - AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	AMB	BPA-C/APAC	R\$ 20,13
		0211070041 - AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AÉREA / ÓSSEA)	AMB/H/HD	BPA-C/AIH/APAC	R\$ 21,00
		0211070122 - ELETROCOCLEOGRAFIA	AMB	BPA-C	R\$ 4,25
		0211070149 - EMISSÕES OTOAC EVOC P/ TRIAGEM AUDITIVA	AMB/H/HD	PBA-C/AIH	R\$ 13,51
		0211070157 - ESTUDO EMIS OTOAC EVOC TRANSIT/PROD DIST (EOA)	AMB/H/HD	BPA-C/AIH/APAC	R\$ 46,88
		0211070203 - IMITANCIOMETRIA	AMB/H/HD	BPA-C/AIH/APAC	R\$ 23,00
		0211070211 - LOGOaudiometria (LDV-IRF-LRF)	AMB/H	BPA-C/AIH/APAC	R\$ 26,25
		0211070238 - PESQUISA DE FÍSTULA PERILINFÁTICA	AMB	BPA-C	R\$ 4,80
		0211070246 - PESQUISA DE GANHO DE INSERÇÃO	AMB	BPA-C/APAC	R\$ 12,00
		0211070262 - POT EVOC AUD CURTA MÉDIA E LONGA LATÊNCIA	AMB/H/HD	BPA-C/AIH/APAC	R\$ 46,88
		0211070270 - POT EVOC AUD P/ TRIAGEM AUDITIVA	AMB/H/HD	PBA-C/AIH	R\$ 13,51
		0211070289 - PROVA DE FUNÇÃO TUBÁRIA	AMB	BPA-C	R\$ 4,80
		0211070327 - TESTES ACUMÉTRICOS (DIAPASÃO)	AMB	BPA-C	R\$ 1,37
		0211070335 - TESTES AUDITIVOS SUPRALIMINARES	AMB	BPA-C	R\$ 1,37
		0211070343 - TESTES DE PROCESSAMENTO AUDITIVO	AMB	BPA-C	R\$ 9,36
		0211070351 - TESTES VESTIBULARES/OTONEUROLÓGICOS	AMB/H/HD	PBA-C/AIH	R\$ 12,12
		0211070092 - AVALIAÇÃO P/ DIAGNÓSTICO DE DEF AUDITIVA	AMB	APAC	R\$ 24,75
		0211070106 - AVAL P/ DIAG DIFERENCIAL DE DEF AUDITIVA	AMB	APAC	R\$ 46,56
		0211070319 - SELEÇÃO E VERIFICAÇÃO DE BENEFÍCIO DO AASI	AMB	APAC	R\$ 8,75
		0211070297 - REAV DIAG DEF AUDITIVA EM PAC MAIOR DE 3 ANOS	AMB	APAC	R\$ 22,55
		0211070300 - REAV DIAG DEF AUDITIVA EM PAC MENOR DE 3 ANOS	AMB	APAC	R\$ 44,36
		0301070016 - ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE C/ IMPLANTE COCLEAR	AMB	APAC	R\$ 58,62
		0301070032 - ACOMP PAC P/ ADAPT AASI UNI/BILATERAL	AMB	APAC	R\$ 21,68
		0701030011 - AASI EXT CONDUÇÃO ÓSSEA CONVENCIONAL TIPO A	AMB	APAC	R\$ 500,00
		0701030020 - AASI EXT CONDUÇÃO ÓSSEA RETROAURICULAR TIPO A	AMB	APAC	R\$ 500,00
0701030038 - AASI EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00		
0701030046 - AASI EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00		
0701030054 - AASI EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00		
0701030062 - AASI EXTERNO INTRACANAL TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00		
0701030070 - AASI EXTERNO INTRACANAL TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00		

SERVIÇO DE
SAÚDE AUDITIVA
MÉDIA E ALTA
COMPLEXIDADE

PROCEDIMENTO		MODALIDADE	REGISTRO	VALOR	
SAÚDE AUDITIVA	SERVIÇO DE SAÚDE AUDITIVA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0701030089 - AASI EXTERNO INTRACANAL TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00
		0701030097 - AASI EXTERNO MICROCANAL TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00
		0701030100 - AASI EXTERNO MICROCANAL TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00
		0701030119 - AASI EXTERNO MICROCANAL TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00
		0701030127 - AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00
		0701030135 - AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00
		0701030143 - AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00
		0701030151 - MOLDE AURICULAR (REPOSIÇÃO)	AMB	APAC	R\$ 8,75
		0701030160 - REPOSIÇÃO AASI CONDUÇÃO ÓSSEA CONV TIPO A	AMB	APAC	R\$ 500,00
		0701030178 - REPOSIÇÃO AASI CONDUÇÃO ÓSSEA RETRO TIPO A	AMB	APAC	R\$ 500,00
		0701030186 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00
		0701030194 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00
		0701030208 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00
		0701030216 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRACANAL TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00
		0701030224 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRACANAL TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00
		0701030232 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRACANAL TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00
		0701030240 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICROCANAL TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00
0701030259 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICROCANAL TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00		
0701030267 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICROCANAL TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00		
0701030275 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO A	AMB	APAC	R\$ 525,00		
0701030283 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO B	AMB	APAC	R\$ 700,00		
0701030291 - REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO C	AMB	APAC	R\$ 1.100,00		

Comissões alcançam metas em 2008

Em 2008, muitas ações foram realizadas para alcançar as metas propostas pela gestão do triênio de 2007 a 2010. Com o lema "Fonoaudiologia para todos", as dez comissões do Conselho Federal de Fonoaudiologia têm o objetivo de fortalecer a classe e garantir o acesso do profissional. Os conselheiros se reuniram para a primeira plenária do ano entre 12, 13 e 14 de fevereiro, na sede do CFFa, onde elaboraram relatório de atividades

de 2008 e traçaram metas para 2009. Os resultados excedem expectativas, mostram a amplitude dos trabalhos realizados e a dedicação dos conselheiros.

As atividades vão desde atos normativos, contábeis e administrativos até divulgação da profissão. Desde 2007, o colegiado trabalha para levar cada vez mais a Fonoaudiologia à sociedade civil e, para o êxito dos planos, são necessárias ações integradas entre conselhos,

entidades fonoaudiológicas, profissionais, usuários e gestores. "Foram dados passos importantes que repercutiram em conquistas, mas ainda há muito a ser feito, o que requer acompanhamento, reflexão e ação constantes dos Conselhos", diz a presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Sandra Vieira. As metas estabelecidas no fim de 2007 foram cumpridas e a expectativa para 2009 é de novas conquistas.

Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

A orientação e a fiscalização do exercício profissional são as atividades primordiais dos conselhos, e têm por objetivo garantir à sociedade a prestação de serviços fonoaudiológicos por profissionais habilitados, que sigam os princípios técnicos e éticos da profissão. No âmbito do Conselho Federal, compete à Comissão de Orientação e Fiscalização supervisionar as atividades de orientação e fiscalização relacionadas ao exercício profissional, baixando atos normativos, sempre que necessário, para garantir a unicidade e a eficiência das ações.

Para o desenvolvimento desse trabalho, a comissão precisa se apropriar da legislação da profissão e de outras legislações, que de alguma forma se relacionam com o exercício profissional e se articular com as demais comissões do Conselho Federal.

Além disso, é necessária a integração com os Conselhos Regionais, para planejamento e acompanhamento conjunto de ações, e a aproximação com entidades fonoaudiológicas e outros parceiros, de forma a articular o trabalho e incorporar os mudanças e avanços de nossa profissão.

No ano de 2008, a comissão trabalhou na elaboração de três Resoluções que respaldam a atuação dos profissionais. Foram elas: a Resolução CFFa nº 352/08, que: "Dispõe sobre a atuação em Motricidade Orofacial com finalidade estética", a Resolução CFFa nº 356/08, que: "Dispõe sobre a competência técnica e legal do Fonoaudiólogo para atuar nas disfagias orofaríngeas" e a Resolução CFFa nº 357/08, que: "Dispõe sobre a competência técnica e legal do Fonoaudiólogo para atuar na prevenção, avaliação e reabilitação dos transtornos do processamento auditivo". Além dessas, foram desenvolvidos estudos para a reformulação do manual da COF, que teve a primeira parte finalizada em 2008. "Acreditamos que as resoluções aprovadas e as alterações propostas no manual contribuirão para maior visibilidade e reconhecimento de nossa profissão", afirma Sandra Vieira.



Fonoaudióloga Sandra Vieira,
presidente da COF

Arquivo pessoal

Comissão de Saúde

A comissão presidida pela Conselheira Claudia Taccolini apresentou o maior repertório de ações ao longo do ano. As prioridades foram para Atenção Básica, Saúde Suplementar, Tabela do SUS, Audiologia e Idoso/Disfagia.

No âmbito da Atenção Básica, a comissão participou da Mostra de Saúde da Família, elaborou publicações sobre o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e levou este tema para discussão com os profissionais no Congresso da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), em Campos do Jordão.

Foi elaborada e enviada ao Ministério da Saúde proposta para o Programa de Saúde do Escolar (PSE). O PSE é um programa interministerial – Ministérios da Saúde e da Educação –, criado para integrar e articular as políticas e as ações da rede pública de ensino básico ao Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é interagir a comunidade escolar, equipes da Saúde da Família e profissionais da educação para ampliar o alcance e o impacto das ações relativas aos estudantes e familiares.

Compõe o relatório de atividades na Saúde Suplementar a análise da Resolução Normativa nº 167/08 e a elaboração do posicionamento e das estratégias de ações para mudanças nas limitações impostas ao acesso da população ao atendimento fonoaudiológico prestado pelos planos de saúde. A Normativa limita a quantidade de consultas para algumas especialidades além de exigir encaminhamento médico para que o atendimento seja efetivado. Em função desta realidade, a Comissão buscou aproximação com Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e demais Conselhos Profissionais da área da Saúde. “A restrição ou limitação do acesso influencia a qualidade do serviço prestado à população em todas as áreas de saúde e não somente da Fonoaudiologia”, ressalta Cláudia Taccolini.

A posição do Conselho levou à solicitação de assentos na Câmara de Saúde Suplementar que, em 2000, tornou-se órgão consultivo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Hoje, o CFFa pleiteia as reuniões que acontecem periodicamente na Agência. Os encontros contam com a presença de representantes de vários segmentos da sociedade que protagonizam as relações em seus setores. O objetivo é buscar melhores resultados nos serviços de saúde suplementar. A comissão participou também de reuniões, seminários, grupos técnicos e subgrupos de Acreditação das operadoras na Agência Nacional de Saúde Suplementar com a Gerência de Relações com Prestadoras GERPS/DIDES.

Foi elaborado, em parceria com os Conselhos Regionais, o Guia de Saúde Suplementar, com o objetivo de fornecer aos profissionais orientações práticas para sua atuação com as operadoras de saúde. As 20 páginas contêm a história da Saúde Suplementar desde a Constituição de 1988, orientações

sobre as relações entre profissionais e operadoras e as relações com usuários de planos de saúde, além de sanar dúvidas frequentes. O material foi distribuído durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), em Campos do Jordão, ocasião em que o CFFa também organizou um fórum sobre balizadores de tempo de tratamento, importante parâmetro da atuação fonoaudiológica na saúde suplementar.

A partir de análises da tabela do SUS, a comissão pleiteou mudanças no Ministério da Saúde (MS). O MS atendeu grande parte das alterações na atualização de novembro de 2008. “Ampliou a possibilidade de registro da atuação fonoaudiológica nos serviços SUS, especialmente na Atenção Básica, Especializada, Hospitalar e Domiciliar”, diz a presidente Cláudia Taccolini.

Na Audiologia, a comissão organizou mesa no Congresso Internacional de Audiologia (EIA). A discussão girou em torno das principais dificuldades de calibração observadas nas fiscalizações e foi criado um Grupo de Trabalho de calibração composto pela Academia Brasileira de Audiologia (ABA), Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), Sociedade Brasileira de Acústica (SOBRAC), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e pelos Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia.

Foram feitas as revisões das Resoluções CFFa nº 295/2003, que: “Dispõe sobre a calibração de equipamentos eletroacústicos utilizados nas avaliações audiológicas e dá outras providências”, e da CFFa nº 296/2003, que: “Dispõe sobre a determinação do nível de pressão sonora das cabinas/salas de testes audiológicos e dá outras providências”. A Comissão editou ainda o Parecer CFFa – CS nº 30, de 1º de março de 2008, que: “Dispõe sobre fones TDH 49 para realização de exames audiométricos”; o Parecer CFFa – CS nº 31, de 1º de março de 2008, que: “Dispõe sobre interpretação deste Conselho do inciso II, do art.4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que define portador de deficiência auditiva para fins que especifica”; e o Parecer CFFa – CS nº 32 de 05 de abril de 2008, que: “Dispõe sobre a possibilidade de o Fonoaudiólogo ministrar cursos de auscultação cervical e aspiração endotraqueal”.

A atuação da Comissão de Saúde na Comissão do Idoso do Conselho Nacional de Saúde desencadeou, entre outros resultados, na elaboração de folder sobre a disfagia. Destes, 2 milhões foram distribuídos aos municípios por meio do Ministério da Saúde e um milhão foi para os Conselhos Regionais por meio do Conselho Federal. O informativo contém esclarecimentos quanto às complicações da disfagia, alerta quanto aos riscos, sintomas e cuidados. A comissão participou também do Fórum de Cuidador promovido pelo CRFa 2ª Região.

Comissão Interconselhos de Fonoaudiologia para Assuntos Parlamentares (CIFAP)

A Comissão Interconselhos de Fonoaudiologia para Assuntos Parlamentares (CIFAP), acompanha os processos legislativos que beneficiam direta ou indiretamente o Fonoaudiólogo. Segundo a presidente Ana Cláudia Ferigotti, em 2008 a Comissão acompanhou 94 Projetos na Câmara dos Deputados e 16 no Senado Federal. “O objetivo principal dessa Comissão é definir o posicionamento dos Conselhos Regionais e Federais de Fonoaudiologia em assuntos que tramitam no Congresso Nacional e em outras Casas Legislativas”, diz ela.

A CIFAP trabalhou sobre os projetos que tratam da jornada de trabalho do Fonoaudiólogo, da regulamentação da profissão de Psicopedagogia, da saúde vocal do professor, da saúde auditiva/triagem neonatal, do diagnóstico e do tratamento da dislexia, da regulamentação da atividade de cuidador e do ato médico, do código penal no que se refere ao exercício ilegal da profissão. “Existem Projetos de Lei que estão relacionados com a profissão, e muitas leis estão aprovadas, mas ainda não são executadas. Por isso, membros da Comissão interagem com parlamentares em busca de soluções legislativas”, ressalta Ana Cláudia Ferigotti.

Em 2009, a Comissão vai continuar o acompanhamento dos assuntos em pauta no Congresso, além de construir a Agenda Parlamentar do CFFa e fomentar a discussão da elaboração de Projetos de Lei específicos para a Fonoaudiologia.



Arquivo CFFa

Fonoaudióloga Ana Cláudia Ferigotti, presidente da CIFAP

Comissão de Educação

A Comissão de Educação esteve à frente de diversas discussões envolvendo questões relativas à formação do profissional, e também assuntos pertinentes à atuação profissional.

Na área de atuação profissional destacam-se as discussões relativas à Telessaúde na Fonoaudiologia, que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é a oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde nos casos em que a distância é um fator crítico; e às interfaces da Fonoaudiologia com a Neuropsicologia e com a Psicopedagogia. Além disso, foi iniciado trabalho em conjunto com os Conselhos Regionais para o fortalecimento da atuação do Fonoaudiólogo na Educação.

Na área de formação profissional, as principais frentes de trabalho foram a discussão de carga horária mínima dos cursos de graduação em Fonoaudiologia, a Residência Multiprofissional em Saúde e a edição da Resolução CFFa nº 358/08, sobre estágio não obrigatório em Fonoaudiologia (a íntegra desta resolução está disponível no site do Conselho).

A qualidade da formação dos profissionais é pauta constante das discussões da comissão. “Nossa posição é de responsabilidade com a população que necessita de atendimento qualificado em todas as áreas da Saúde. Para que tenhamos Fonoaudiólogos competentes e que desempenhem com eficiência suas funções precisamos de cursos que ofereçam uma formação sólida”, diz a presidente da Comissão, Marlene Canarim Danesi.

Nesse sentido, a Comissão vem acompanhando o processo de implantação das Residências Multiprofissionais em Saúde, para garantir o espaço da Fonoaudiologia nesta modalidade de educação continuada. Além disso, defendeu no Ministério da Educação e no Conselho Nacional de Educação (CNE) carga horária mínima de 4.000 horas/relógio.

Apesar da atuação da comissão, o Parecer nº 213/08 do CNE, que determina carga horária mínima de 3.200 h/relógio, foi homologado pelo ministério em 10/3/09. Mesmo assim, a Comissão continuará lutando por uma formação profissional de qualidade e, para isso, espera contar com as instituições de ensino e com os docentes da Fonoaudiologia.



Arquivo pessoal

Fonoaudióloga Marlene Danesi, Presidente da CEDUC



Fonoaudióloga Maria do Carmo Coimbra, Presidente

Comissão Mercosul

A presidente da Comissão do MERCOSUL, Maria do Carmo Coimbra de Almeida, apresenta as informações sobre os acontecimentos em 2008 e as propostas para 2009.

Em 2008, o CFFa encaminhou duas solicitações ao Ministério da Saúde, uma foi a de participar das reuniões do SGT11. Re-

cebemos como resposta que a participação depende de aprovação do SEP/SGT11 (Subcomissão de Exercício Profissional do SGT 11) e apenas em pautas relacionadas à Fonoaudiologia.

A segunda solicitação foi a inclusão da Fonoaudiologia na tabela de profissões comuns, elaborada pela Matriz Mínima, e consta no Manual de Orientação para profissionais de Saúde. Essa solicitação já foi levada pelo Ministério da Saúde ao SGT 11 em discussões anteriores. Como ainda necessitamos de consenso entre os profissionais dos Estados Partes, o Ministério da Saúde informou que retomará a discussão, oportunamente.

Segundo o Manual de Orientação para Profissionais de Saúde, a Matriz Mínima de Registro de Profissionais da Saúde do MERCOSUL foi aprovada pelo Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executor do MERCOSUL, por meio da Resolução GMC nº 27/04.

As finalidades da Matriz Mínima são:

- instituir informações comuns no âmbito dos Estados Partes do MERCOSUL;
- padronizar e trocar informações mínimas sobre os profissionais de saúde e seu trânsito, entre Ministérios da Saúde dos Estados Partes.

O documento informa dados sobre os profissionais de saúde que desejam exercer sua profissão nos Estados Partes do MERCOSUL e/ou trabalhem em municípios ou jurisdições de fronteira.

Alem desses dados, constam ainda

- formação dos profissionais, tais como: graduação, pós-graduação – *lato e stricto sensu*, conduta ética e disciplinar.
- revalidação de títulos, diplomas e certificados, destacando a instituição responsável pelo ato.
- registro de título, diploma e/ou certificado em outro país do MERCOSUL.

Em 2009, seguindo a sugestão da ex-presidente da Comissão, Marlene Canarim Danesi, estamos criando a Comissão Interconselhos de Assuntos sobre o MERCOSUL. Para isso, já fizemos contato com o CRFas, 3º, 5º, 6º e 7º Regiões que fazem fronteira com os Estados Partes (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). Com a participação efetiva dos Conselhos Regionais, e das Instituições de Classe, criaremos novas estratégias de atuação.

Comissão de Ética

Com a função primordial de zelar pela ética profissional, a comissão coordena a elaboração de normas que regulam o exercício ético da profissão e analisa os recursos de processos éticos oriundos dos Conselhos Regionais.

Das discussões realizadas pela Comissão, a reformulação do Código de Processo Ético Disciplinar (CPED) foi tema constante durante o ano. “A Comissão tem se esforçado para atender a esta antiga demanda dos Conselhos Regionais e concluir os trabalhos de atualização do CPED” diz a presidente da comissão Leila Coelho Nagib. Assim realizou uma reunião Interconselhos de Ética e contou com o auxílio das assessorias jurídicas e parlamentar do CFFa, para a elaboração de minuta que está sendo analisada pelos Conselhos Regionais.

Nas seis reuniões realizadas em 2008, foram analisados e levados a julgamento 58 recursos de processos éticos.

Para este ano, as principais propostas são a conclusão do CPED e a elaboração de diretrizes para constituição de comitê de ética em serviços.

Comissão de Tomada de Contas

Inclui-se nas atividades da Comissão de Tomada de Contas (CTC) a realização da *I Oficina de Procedimentos Contábeis e Gestão Financeira*, análise dos balancetes e aprovação de contas dos Conselhos Regionais e Federal de Fonoaudiologia, elaboração da Resolução CFFa nº 355/08, que: “Estabelece normas e procedimentos no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia, na elaboração das propostas orçamentárias, reformulações do orçamento, confecções dos balancetes mensais e da prestação de contas”.

Em 2009, a Comissão tem como meta a realização da *I Oficina sobre Licitação do Sistema CFFa/CFRAs* e a *II Oficina de Procedimentos Contábeis e Gestão Financeira*. O objetivo das oficinas é integrar os procedimentos contábeis do sistema à Comissão. “A unificação de tais ações refletirá em maior integração dos Conselhos Regionais e do Federal, dando oportunidade para a manifestação e a construção em conjunto de procedimentos que façam crescer os conselhos e a profissão”, diz o presidente da CTC, Charleston Teixeira Palmeira.

No âmbito das análises e dos balancetes de contas dos CRFas e do CFFa, a Comissão estabeleceu reuniões periódicas para agilizar os procedimentos. A finalidade é contribuir com o trabalho das assessorias contábeis. Os assessores terão acesso aos pareceres com antecedência e refletirá em mais tempo hábil para os trabalhos da Comissão.



Fonoaudiólogo Charleston Teixeira, Presidente

Comissão de Divulgação

Para garantir que as informações primordiais cheguem aos profissionais e aos usuários, a Comissão de Divulgação, presidida por Sílvia Ramos, elaborou *folders* em conjunto com os Conselhos Regionais. As publicações foram *Fonoaudiologia e Educação, Orientação a Pais de Crianças com Gagueira, Orientações para a Estimulação da Linguagem de seu Filho, Fonoaudiologia: verdades que precisam ser ditas e Saúde Vocal*. Para divulgar a profissão e os assuntos de interesse da classe, a CATECE editou quatro **Jornais CFFa**, cumprindo, assim, a meta de um jornal a cada trimestre.

A Comissão, junto com as comissões de divulgação dos regionais, trabalhou na organização de materiais para distribuição aos participantes no *stand* dos conselhos no 23º EIA, em Itajaí, e durante o Congresso Brasileiro coordenou as atividades da sala dos conselhos, além do *stand*, em Campos do Jordão.

Os principais planos para 2009 são elaborar nova campanha de divulgação da Fonoaudiologia e preparar ações para o Dia do Fonoaudiólogo. Uma das metas previstas para 2009 já está sendo executada: a contratação de assessoria de comunicação, que trabalhará junto com o CFFa para o aprimoramento de todo o material de divulgação da Fonoaudiologia.

Comissão de Análise de Título de Especialização e Cursos de Especialização (CATECE)

A CATECE, presidida por Sílvia Ramos, realizou estudo, análise e reconhecimento para a organização do terceiro concurso de provas para obtenção do título de especialista em Fonoaudiologia. O concurso será realizado no dia 31 de maio de 2009, em Florianópolis, Belém, São Paulo e Salvador. A CATECE fez a revisão da pontuação para a prova de títulos, em conjunto com a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) e a Academia Brasileira de Audiologia (ABA). De um total de 32.426 Fonoaudiólogos inscritos em todo o território nacional, o CFFa atualmente tem 4.408 Fonoaudiólogos especialistas registrados, sendo 1.457 em Audiologia, 1.411 em Motricidade Orofacial, 848 em Voz, 681 em Linguagem e 10 em Saúde Coletiva.

A Comissão elaborou a Resolução CFFa nº 359/08, que: "Dispõe sobre a concessão e o registro de título de especialista profissional no âmbito do Conselho Federal de Fonoaudiologia e dá outras providências". A Resolução condensa e adequa as Resoluções CFFa nº 268/01 e nº 321/06.

A Comissão realizou também estudos do histórico da criação das especialidades, para subsidiar ações ou criação de novas especialidades no âmbito da Fonoaudiologia. Para 2009, estão previstas a análise das especialidades da Fonoaudiologia e a revisão das Resoluções relacionadas ao tema.



Fonoaudióloga Sílvia Ramos,
Presidente da Comissão de
Divulgação e CATECE

Arquivo pessoal

Comissão de Licitação

Segundo a presidente da Comissão, Ana Lúcia Rodrigues Torres, o exercício de 2008 cumpriu os objetivos planejados para o ano. Foram realizadas 16 licitações para atender às demandas. "Dentre elas destacam-se aquisição de computadores e impressoras, a contratação de empresa para desenvolver o Plano de Cargos e Salário, assessoria jurídica, assessoria contábil e de comunicação", relata Ana Lúcia.

A Comissão de Licitação do Conselho tem por obrigação atender às demandas administrativas do CFFa. Para isso, segue a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre as regras de licitações.

Segundo a Portaria CFFa nº 188, de 2 de dezembro de 2008, que descreve as competências da Comissão, cabe a esta: "obedecer às disposições contidas em lei e suas alterações; expedir editais de convocação; proceder abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação; indicar o vencedor do certame; e promover os meios administrativos e jurídicos necessários para o saneamento de eventuais pedidos de impugnação e/ou desclassificação de fornecedores".

Aproveite seu tempo

Deixar atividades para última hora e não planejar a agenda pode diminuir produtividade e atrasar o alcance de objetivos

Você tem uma constante sensação de que o seu tempo passa rápido demais? O sentimento de que você ainda está longe de realizar seus sonhos é mais recorrente do que você gostaria? Você vive estressado, cheio de contratemplos para resolver com urgência? Você pode estar sofrendo de um problema mais comum do que se imagina: falta de organização do tempo.

O consultor de gestão do tempo Christian Barbosa afirma que o hábito de deixar tudo para a última hora e de não estabelecer prioridades é o principal inimigo da qualidade de vida. Há dez anos, Christian trabalhava cerca de 14 horas por dia, vivia estressado, era um *workaholic* confesso. "Passei a ter problemas de saúde sérios. Começou com uma gastrite, que se transformou em uma úlcera, que virou um tumor. O médico me alertou: eu precisava diminuir o ritmo", conta.

ORGANIZAÇÃO. Uma pesquisa sobre tempo, feita com mais de cinco mil pessoas pela consultoria Tríade, da qual ele é sócio, indicou que os brasileiros utilizam apenas um terço de seu tempo de trabalho com atividades realmente produtivas. Os outros dois terços são gastos com atividades como olhar e-mails pessoais, conversar sobre assuntos não relacionados a trabalho, ou com os colegas, e navegar na internet.

"O e-mail é um dos maiores ladrões de tempo", explica Barbosa. Ele dá outras dicas: fazer uma lista por escrito das atividades que têm de ser feitas no dia. "Também é importante definir previamente quanto tempo cada atividade vai consumir".

Para o professor de engenharia e especialista em gestão de tempo Fernando Henrique da Silveira Neto, administrar o próprio tempo é questão de disciplina. "É como o trânsito, as pessoas sabem as regras, basta segui-las. Tão importante quanto planejar a utilização do tempo é cumprir o que foi estabelecido por você mesmo", afirma Neto.

Segundo ele, um dos grandes motivos de perda de tempo no trabalho são reuniões mal-conduzidas. O especialista alerta: quando alguém estiver falando, só interrompa quando for realmente necessário, não apenas por impulso.



Sugestões para organizar seu tempo

Os especialistas Christian Barbosa e Fernando Henrique da Silveira Neto nos deram dicas para conseguir cumprir as tarefas diárias com tranquilidade.

1. Escreva em sua agenda todas as atividades que você tem de executar no dia, dando prioridade para aquelas que forem mais fáceis e rápidas.
2. Determine de maneira realista o tempo necessário para cada atividade e se esforce para não ultrapassá-lo.
3. Não preencha todas as horas do seu dia. Deixe tempo livre para os imprevistos.
4. Seja pontual.
5. Evite a procrastinação.
6. Em reuniões, seja objetivo: fale sobre os pontos da pauta e evite conversas paralelas e interrupções desnecessárias.
7. Tenha bom senso: conversar sobre assuntos diversos com os colegas é divertido e necessário, mas não abuse.
8. O mesmo vale para e-mails pessoais. Evite ler correntes, piadas, apresentações de PowerPoint e similares no trabalho.
9. Aprenda a dizer não. Muitas vezes nós nos sobrecarregamos porque aceitamos mais tarefas do que somos capazes de cumprir em determinado prazo.
10. Se terminar todas as tarefas do dia e tiver tempo livre, não o preencha com mais atividades: aproveite para fazer o que gosta e descansar.

Os desafios da acreditação em saúde

Arquivo pessoal



Fonoaudióloga Maria Carla Pinto Gonçalves, conselheira do CFFa

por Maria Carla Pinto Gonçalves

Acreditação em saúde é um tema muito debatido atualmente. No entanto, faltam esclarecimentos sobre o assunto, praticamente desconhecido da maior parte da população. Acreditação em saúde é um processo ético que visa à garantia da qualidade no atendimento e à implantação de melhorias contínuas para a área de saúde. É o procedimento pelo qual empresas certificadoras reconhecem formalmente que uma prestadora de serviços tem competência para cumprir as atividades definidas em sua razão social. A avalia-

ção é moldada por exigências legais de segurança no atendimento, organização do trabalho e seus resultados.

Quando uma empresa está em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos avaliadores, ela será acreditada, recebendo, então, o Certificado de Acreditação. O Sistema Brasileiro de Acreditação é a única ferramenta de avaliação da qualidade reconhecida pelo Ministério da Saúde. Os órgãos avaliadores são o Consórcio Brasileiro de Acreditação (CBA) e a Organização Nacional de Acreditação (ONA), que fornecem o certificado.

Desde meados de 2008, o CFFa representa a classe em reuniões técnicas promovidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para discutir e implantar a acreditação na Saúde Suplementar, visando ao cumprimento das medidas estabelecidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em dezembro do ano passado, a ANS e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançaram o Cartão BNDES, que dentre outras atribuições, cria uma linha de financiamento para empresas que queiram obter a certificação internacional. Entre as exigências da acreditação, o patamar básico é qualificação dos serviços de saúde, que implicará em critérios de qualidade dos serviços dos hospitais, clínicas, laboratórios e, consequente-

mente, dos profissionais que atendem à rede credenciada.

Assim como a certificação, a acreditação é um processo externo de avaliação voluntário, aplicado a instituições de saúde para verificar se atendem a um conjunto de padrões concebido para melhorar a qualidade na atenção ao paciente, que engloba desde os serviços administrativos até as áreas técnicas. Essa prática é adotada em outros países, como Espanha, França e Holanda, desde os anos 1980.

“A qualificação dos prestadores de serviço é fundamental para a acreditação das operadoras de saúde. Já que os serviços serão avaliados, elas sentirão necessidade de ter como credenciados hospitais, clínicas e laboratórios que sejam acreditados”, diz Dr. Amâncio Paulino de Carvalho, gerente de Relacionamento de Prestação de Serviço da ANS.

A acreditação da rede credenciada seguirá o padrão do CBA e da ONA. De acordo com a ANS, a Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE) já iniciou estudos para criar um modelo de acreditação na gestão das operadoras. Esse modelo deverá estabelecer padrões próprios para o perfil de empresas administradoras de planos.

A ONA conta hoje com oito empresas responsáveis pela emissão da acreditação. Todas seguem padrões internacionais que têm a finalidade de assegurar a confiabilidade do sistema.

O Dr. Josier M. Vilar, médico-presidente do Sindicato dos Hospitais e Clínicas do Município do Rio de Janeiro (SINDHRio) e diretor da (PRONEP), empresa de *home care* acreditada em 2007 pela CBA-Joint Commission, em entrevista concedida à *Revista Home Care Brasil*, disse que “a comunicação não será mais feita somente em base emocional, mas, também, e principalmente, em base cognitiva, para que as pessoas saibam reconhecer, identificar e comparar as melhores práticas assistenciais”. Segundo ele, atualmente, existem muitas razões apreciadas na tomada da decisão da escolha de um serviço de saúde. “Mas, de uma maneira geral, essas razões são puramente emocionais e na hora em que todos nós tivermos maior mensuração – e a certificação de qualidade nos obriga a medir o que fazemos –, vamos poder comunicar isso melhor, facilitando a escolha pelos clientes. Portanto, as organizações de saúde precisam se organizar para isso, permitindo aos usuários dos sistemas público e privado de saúde escolher melhor os seus provedores de serviços. Acrescenta também que, embora seja uma percepção geral de que quase a totalidade da população brasileira não tenha a menor ideia do que significa a palavra *Acreditação* e, portanto, quase

ninguém saiba o que isto representa para as instituições, precisamos fazer um imenso esforço de divulgar os nossos indicadores de qualidade, ajudando, assim, os clientes do sistema de saúde suplementar a escolher a melhor alternativa. “Precisamos fazer um esforço de comunicação para que todo mundo saiba o que é *Acreditação* e porque vale a pena optar por um serviço certificado”.

A Fonoaudióloga Maria Carla Pinto Gonçalves, gestora da FONO UP Fonoaudiologia Ltda – empresa prestadora de serviços na área de Fonoaudiologia domiciliar e hospitalar –, participou do processo de acreditação da PRONEP, relacionando documentos comprobatórios de qualidade na prestação de serviços de Fonoaudiologia. Para isso, a FONO UP padronizou várias ações do cotidiano da empresa e implementou nova metodologia de atendimentos, buscando a garantia da qualidade dos serviços oferecidos.

Foram elaborados manuais com normas e rotinas que compõem o Programa de Garantia de Controle de Qualidade, nos quais são descritas as práticas profissionais de responsabilidade dos colaboradores, como, por exemplo, elaboração de prontuário pessoal de atendimento de cada paciente, emissão de relatórios semanais com o objetivo

do atendimento, condutas, resultados e prognósticos, dentre outros. Foi desenvolvido, com a equipe, um protocolo padrão de avaliação de pacientes em assistência domiciliar, o que possibilita a construção de indicadores de resultados. Também foram elaborados formulários para avaliação de desempenho profissional dos colaboradores e outro de pesquisa do grau de satisfação do paciente/responsável com o serviço oferecido. Planejamento e execução de reuniões mensais de equipe para discussão, estudo e soluções de questões apresentadas sobre o atendimento e, além disso, são oferecidos treinamentos e capacitação profissional, na empresa, com temas técnicos relativos às práticas de atendimento e segurança do paciente. Maria Carla acrescenta que ainda há muito a se fazer, mas só com o aprimoramento contínuo, buscando excelência de serviço, pode-se garantir a qualidade que o serviço de fonoaudiologia necessita para acreditação.

FONOAUDIOLOGIA NA ACREDITAÇÃO. Devido às novas exigências para acreditação da saúde suplementar, a Fonoaudiologia deverá apresentar um amadurecimento na oferta dos serviços prestados, sendo esta uma forma de crescimento da profissão.



BETA MEDICAL

AUDIÔMETRO BETA 6000

Pagamento facilitado e opções de financiamento, não deixe de aproveitar.

Imperdível

Confira nossas promoções no site!

BETA Equipamentos Médicos e Eletrônicos LTDA
Rua Vitorino Carmilo, 261 - CEP 01153-000
São Paulo - SP - Brasil - CNPJ 04.919.730/0001-41
Telefax: (11) 3822 3733 www.betamedical.com.br

- 2 canais totalmente independentes;
- 100% Digital;
- Entrada para Campo Livre;
- Visor em 3 idiomas;
- Registro na ANVISA;
- Registro no Ministério da Saúde;
- Acompanha FoneTDH-39;
- Acompanha Vibrador ósseo B-71;
- Memória interna para mais de 700 exames.

www.betamedical.com.br

Núcleos de Saúde da Família dão força à Fonoaudiologia

A criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) constituiu-se importante estratégia para ampliação das ações na Atenção Básica. Os Núcleos, compostos por profissionais de várias áreas, foram criados através da Portaria nº 154 do Ministério da Saúde, publicada em janeiro de 2008, para apoiar as Equipes de Saúde da Família (ESF) no atendimento à Atenção Básica.

As equipes dividem-se em Nasf 1 – formada por, no mínimo, cinco integrantes

e destinadas a atender áreas de 8 e 20 ESF – e Nasf 2 – com, pelo menos, três pessoas de diferentes formações e destinado a municípios com menos de dez habitantes por quilômetro quadrado. A exceção são os estados da Região Norte, onde é possível formar um Nasf 1 em áreas com cinco ESFs.

Há ainda os Nasf Intermunicipais, que são formados quando um município tem menos ESFs que as exigidas para se enquadrar nos critérios do Nasf 1, porém também não atendem aos critérios do

Nasf 2. Os Nasf Intermunicipais são formados a partir da articulação das secretarias de saúde de cidades vizinhas.

O Conselho tem acompanhado a implementação desses Núcleos, buscando informações acerca da participação de Fonoaudiólogos.

Confira a seguir os relatos das Fonoaudiólogas Daniella Zorzi, Sabrina Gurgel e Sílvia Fichino, do Psicólogo Cícero Lozekam e da Terapeuta Ocupacional Lorena Martinez, contratados para Núcleos da cidade de São Paulo.

Arquivo pessoal



SABRINA GURGEL, Fonoaudióloga do Nasf de Itaim Paulista

Atuo em uma equipe do Nasf como colaboradora da Organização Social Santa Marcelina, parceira do município na gestão da saúde. Iniciamos nossa atuação a partir do diagnóstico local, investigando características sócio-demográficas e epidemiológicas. Depois, fizemos o mapeamento dos equipamentos, sociais e educacionais e, então, realizamos visitas domiciliares. Após esse diagnóstico, nos reunimos com as ESFs para debatermos as estratégias de atuação, que podem incluir desde trabalho com grupos educativos e terapêuticos, oficinas, promoção à saúde, consultas conjuntas até visitas domiciliares.

Acredito que o maior desafio desse programa é auxiliar na melhoria dos indicadores de saúde da região. Há necessidade de se provar em números a importância da atuação. O Fonoaudiólogo do NASF atua como generalista, devendo estar apto para o trabalho nos diversos campos da especialidade, até por termos uma formação multidisciplinar. É necessário estabelecer parcerias com Pediatras, Educadores, Odontólogos, que também atuam nos Núcleos. Acredito que isto seja um grande diferencial do programa. No entanto, ainda sinto a necessidade de aprofundar a formação para atuação no SUS.

*Nas próximas edições do **Jornal da CFFa** queremos apresentar experiências de Nasf de outros estados. Se você está atuando em uma dessas equipes, ou participou da seleção dos profissionais, entre em contato com o Conselho Federal para relatar sua experiência.*



DANIELLA ZORZI, Fonoaudióloga, atua em Campo Limpo

Estamos trabalhando com um parceiro onde há 5 equipes do Nasf, todas compostas por fonoaudiólogo, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo e psiquiatra. Interajo com 13 Equipes de Saúde na Família. Para isso, fazemos todo um planejamento de ações junto com as Unidades Básicas de Saúde (UBS). É nessas reuniões de equipe que temos acesso aos casos, discutimos e traçamos, em conjunto, um projeto terapêutico para a família.

O principal desafio é romper com a lógica da especialidade e dos encaminhamentos sem perder a especificidade da sua área de formação.

É imprescindível ter o olhar voltado para os processos de saúde, e não da patologia. Por essa razão, as ações coletivas e redes de apoio ganham destaque. O fonoaudiólogo tem muito a contribuir explorando a potencialidade da comunicação humana para o processo de promoção à saúde, e pode ser essencial para a articulação da rede e construção de ações intersetoriais.

SILVIA FICHINO,

Fonoaudióloga, coordenadora do Nasf

Em 12 de janeiro de 2009, assumi a coordenação dos Nasf da região de Itaquera, por meio da Casa de Saúde Santa Marcelina. São dois Nasf para atender nove UBS, com 26 ESFs. A composição dos profissionais foi decidida pela Supervisão Técnica de Saúde da região. Promovemos reuniões e debates rotineiramente, e são nelas que os profissionais se apropriam da Portaria e das diretrizes de trabalho.

Para que o programa possa funcionar é fundamental entender que não basta “passar” casos. É preciso elaborar uma intervenção pertinente a cada um em conjunto: Nasf e ESF. Pensar na inserção do paciente em sua família, sua comunidade, implica atendimento integral e compartilhamento de responsabilidades. A troca de saberes é bastante enriquecedora. Mas os profissionais precisam ter disposição para o trabalho em equipe interdisciplinar e ser persistentes para não perderem de vista a diretriz do trabalho e caírem na rotina do sistema.



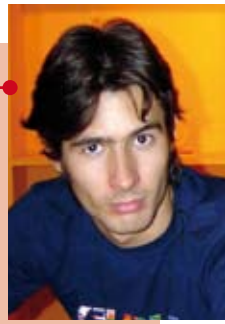
CICERO LOZEKAM, Psicólogo, coordenador do Nasf

Trabalho com quatro equipes Nasf, desde dezembro de 2008, sob as supervisões técnicas de saúde de Freguesia do Ó, Cachoeirinha e Sé.

Para facilitar a interação dos membros do Núcleo com as ESFs, formamos o que chamamos de “Duplas de Referência”. Cada ESF interage com uma dupla específica que representa todos do Núcleo.

Participar da implantação de algo tão avançado quanto o Nasf tem sido um desafio, por ser uma tarefa muito complexa. Como é formado para o atendimento solitário, é comum o profissional questionar: “Se não vou ouvir queixas específicas, o que exatamente vou fazer?”. Ou: “Mas será que assim é possível obter uma leitura integral do fenômeno apresentado?”.

É necessário que cada um tenha disponibilidade para exercer uma clínica ampliada, lidar com a incerteza de perceber seus limites e dividir os vários saberes que compõem uma equipe Nasf. Tenho o prazer de contar com excelentes Fonoaudiólogas, que possuem essas características. Este é um momento importante para a Atenção Primária e para a Fonoaudiologia. A ascensão do Nasf trará novos horizontes à atuação desses especialistas.



LORENA MARTINEZ BARRALES, coordenadora do Nasf

Sou supervisora do Nasf, com equipes em Sapopemba e Aricanduva, desde janeiro de 2009. Trabalhei como Terapeuta Ocupacional no Programa de Saúde da Família (PSF), de 2001 a 2008 e no Projeto Piloto “Atenção à Pessoa com Deficiência no PSF”.

A principal característica que o profissional deve ter é a flexibilidade. Deve estar disposto a aprender a cada dia, a compartilhar o que sabe e a entender que o trabalho é muito dinâmico. Há regras a ser seguidas, ser flexível é imprescindível.

Algo muito difícil de explicar (tentarei) é a necessidade do profissional Nasf de abrir mão de sua cultura, de suas crenças e de seus preconceitos. Não deve deixar de ser quem é, – não deixará de ter personalidade –, mas deverá evitar julgar o outro. A comunidade na qual atuará tem seus próprios códigos, suas crenças e expectativas, não adianta “bater de frente”, é preciso ouvir, compreender, não é necessário concordar, mas é preciso respeitar e fazer o outro refletir. O profissional Nasf não deve impor sua cultura, mas disutir questões de cidadania, fomentar mudanças que venham de dentro para fora, mas não de forma impositiva. Talvez a palavra-chave seja resiliência.

O Fonoaudiólogo deve estar disposto a estimular o que considero mais belo na atuação deste profissional, ou seja, a comunicação. Acredito que mais importante do que “corrigir a troca do L pelo R” seja ouvir o que as pessoas tem a dizer. O que há em seu discurso? Construir estratégias que instiguem, que tragam novas possibilidades é algo tão rico e tão desencadeador de processos de cidadania que não vejo nada mais belo na Fonoaudiologia.

Rede Pública do DF tem número insuficiente de Fonoaudiólogos

O número de Fonoaudiólogos que trabalham na Rede Pública de Saúde do Distrito Federal é insuficiente para atender à demanda da população. Com base nos dados do IBGE, a população da capital e seus distritos, em 2009, será de 2.532.488 habitantes, e como são 30 profissionais lotados na Secretaria Estadual de Saúde (SES/DF), a média para o ano será de um profissional para cada 90.446 habitantes. O número é preocupante, principalmente se comparado com São Paulo onde, segundo a pesquisa realizada pelo CRFa 2ª R, muitos municípios apresentam um Fonoaudiólogo para cada 10 mil habitantes.

Para tentar reverter esse prognóstico, o CRFa 5ª R, junto com o Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) e a Associação Profissional dos Fonoaudiólogos do Distrito Federal (APPDF) entregaram à Secretaria, no dia 28 de janeiro, ofício que solicita ampliação do quadro de Fonoaudiólogos na rede públicas de saúde.

Segundo a coordenadora de Fonoaudiologia da SES, Christianny França,

dos 30 profissionais que atendem à rede pública de saúde, três atuam na gerência e 27 fazem atendimento clínico nas unidades regionais de saúde. O Distrito Federal é composto por 28 regiões administrativas e apenas 11 hospitais. O modelo atual segue a regionalização, que prevê pelo menos um profissional para cada hospital regional. Três profissionais para cada regional é pouco para atender à demanda. Hoje, a concentração maior de Fonoaudiólogos está no HRAN – com cinco Fonoaudiólogos, dos quais dois atuam na Audiologia e apenas três nas demais especialidades – e no COMPP (Centro de Orientação Médico Psicopedagógico), com oito profissionais no atendimento.

Apesar da informação da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal assegurando que não há demanda reprimida por Fonoaudiologia na saúde pública, a realidade nas clínicas particulares demonstra o contrário. A Fonoaudióloga Simone Boçon relata receber pacientes que, após dias de espera e muitas ten-

tativas, recorrem ao tratamento particular. “É estranho escutar que não precisa de Fonoaudiólogos e ao mesmo tempo constatar que essa demanda está sendo atendida na clínica-escola do curso de Fonoaudiologia da UNIPLAN, com uma extensa lista de espera para atendimento fonoaudiológico, lamenta Rodrigo Dornelas, presidente da Associação Profissional dos Fonoaudiólogos do Distrito Federal.

A ausência de dados que comprovem a demanda é um dos fatores que dificulta a contratação de mais profissionais.

Um dos pontos levantados pelo conselheiro de Saúde do Distrito Federal, Vladimir Arce, é a falta de visibilidade dos ganhos na qualidade da comunicação, por não conhecer os benefícios do acompanhamento fonoaudiológico”, diz ele.

A tentativa do Conselho da 5ª Região, CFFa e da Associação Profissional é alertar o Governo do Distrito Federal (GDF) para a falta de profissionais no atendimento ao público do DF e também do entorno, que acaba sobrecarregando as unidades do Distrito Federal.

Entre as sugestões propostas na reunião estão a criação de grupos para levantar dados epidemiológicos e elaborar diagnósticos situacionais sobre as demandas e concentração dos profissionais.

No fim de 2008, assim que o Projeto Básico de Ampliação da Triagem Auditiva foi aprovado pelo Conselho de Saúde, a coordenação de Fonoaudiologia da Secretaria de Saúde solicitou ao GDF a contratação de mais 24 profissionais. Ainda não há resposta formal do governo distrital. No entanto, o concurso público realizado em 2005 expira em outubro. Caso as contratações não sejam autorizadas até lá, será necessário novo processo.



Da esquerda para direita Fonoaudióloga Almira Resende (CRFa 5ª R), Fonoaudiólogo Rodrigo Dornelas (APPDF), Fga Christianny França (SES), Fga Sílvia M. Ramos (CFFa), Fonoaudióloga Simone Boçon, Fonoaudióloga Talita Freitas (CFFa) e Fonoaudiólogo Vladimir Arce (Conselho de Saúde do DF)

“O sol nasce para todos e a sombra é para quem merece”

Arquivo pessoal



Fonoaudióloga Vitória Maria de Almeida Valentin

“**A**utodidata e mineira”. É assim que se define a baiana Vitória Maria de Almeida Valentin, nascida em Itabuna, sul da Bahia, mas criada em Governador Valadares, Minas Gerais. Aos 66 anos, 25 de profissão, Vitória viu-se Fonoaudióloga pela necessidade de fazer algo pelo filho primogênito, que nasceu com perda auditiva neurossensorial bilateral severa. Assim, trilhou um caminho que a levou a exercer como atividade principal “ser mãe para muitos”. Formada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (Fafi-BH), Vitória tornou-se oficialmente Fonoaudióloga em 1987, por

meio da Lei nº 6.965/81, que concedia o título por tempo de atuação até 1981.

Nessa época, já havia se passado 12 anos de luta engajada nas atividades fonoaudiológicas em busca da independência do filho. “Não queria que ele dependesse de mãe, pai, irmãos para tudo. Hoje ele é químico, um profissional respeitado no trabalho, casado com ouvinte e pai de ouvinte. Quando vejo deficientes auditivos mendigando na rua, penso: bastava a mãe ter feito como eu”, diz orgulhosa.

Vitória não parou com a recuperação do filho. “Não podia desperdiçar anos de pesquisa, conhecimento e experiência. Então decidi continuar na atuação. Sinto uma satisfação muito grande em ser Fonoaudióloga, pela possibilidade de ajudar pessoas de alguma forma”.

Vitória atende em duas clínicas, uma em Vitória e outra em Vila Velha, no Espírito Santo. Para aproveitar seus conhecimentos em Pedagogia, atua nos distúrbios da aprendizagem e da voz. Atende deficientes auditivos e pacientes que sofrem acidente vascular cerebral (AVC). “Como sou Pedagoga, meu forte é a linguagem. Trabalho principalmente com crianças a partir de três anos, pessoas com Síndrome de Down e pacientes que sofrem derrame cerebral e têm a fala afetada”, conta.

Na bagagem o que não falta são histórias envolvendo a Fonoaudiologia. De 1987 até os dias atuais, participou de quase todos os congressos realizados pela classe, cujos certificados, segundo ela, são guardados com muito carinho. Iniciou-se na profissão em solo mineiro. Entre 1992 e 1994, assumiu a Presidência

da Associação de Fonoaudiólogos de Minas Gerais.

Vitória Valentin coleciona uma série de homenagens. Em 1998, já residente no Espírito Santo, foi homenageada pela 6ª Região, em virtude dos trabalhos realizados até ali. No ano de 2002, foi destaque no memorial de 21 anos da Fonoaudiologia. A partir de então, assumiu o posto de Fiscal Voluntária do CRFa 6ª Região, cargo que exerceu até 2005. Nesse período, fiscalizou e divulgou a profissão em várias instituições da sociedade espírito-santense. Incentivou a criação da Associação de Fonoaudiologia do Estado do Espírito Santo, fundada em 20 de outubro de 2005, com o propósito de fortalecer a Fonoaudiologia no Estado.

Em 2007, veio o cargo de Conselheira Efetiva do Conselho Regional da 6ª Região. Desde então, Vitória trabalha para fortalecer o desempenho e a união da classe. Participa do Conselho Regional, como membro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONDEF). Ela ainda atua politicamente na Assembleia Legislativa do Estado, ao lado da deputada Luzia Toledo, na defesa de questões ligadas aos Fonoaudiólogos do estado.

Na academia, é participante ativa dos eventos desenvolvidos pela Universidade de Vila Velha (UVV) e pelas Faculdades Integradas Espírito-Santenses (FAESA), ambas no Espírito Santo. “Meu foco são os jovens que estão nas universidades. Sempre digo nas palestras que o sol nasce para todos e que a sombra é para quem merece. Precisamos estudar sempre, para alcançarmos o que desejamos. Essa é a minha filosofia”.

O Conselho publica novo edital para o concurso de provas e títulos de especialista

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) anulou o concurso de provas e títulos para Concessão e Registro do Título de Especialista nas Áreas de Fonoaudiologia, aberto no dia 14 de janeiro deste ano; com provas marcadas para 5 de abril. Verificou-se a necessidade de rever a mudança de enquadramento da fluência de Motricidade Orofacial (edital de abertura nº 1/2009) para Linguagem (edital de retificação de nº. 2/2009 publicado no dia 25 de fevereiro). Esta decisão do CFFa teve como objetivo preservar a igualdade de competição entre os candidatos que haviam se inscrito anteriormente à retificação do edital de abertura e aqueles que se inscreveram após a retificação do edital, ou seja, não haveria de se exigir do candidato em "Linguagem" a avaliação específica de "Gagueira no adulto; Gagueira infantil e Abordagens teóricas da gagueira" e, em contrapartida, deixar-se de o fazer em relação ao candidato inscrito em "Motricidade Orofacial". O novo período de inscrição é de 23 de março a 9 de abril de 2009 e quem já se inscreveu no primeiro edital, não precisará se reinscrever. A prova será dia 31 de maio de 2009, nas cidades de Florianópolis, Belém, São Paulo e Salvador.

CUIDADOS PRÉVIOS PARA NÃO PERDER PONTOS NA PROVA DE TÍTULOS.

Alguns cuidados simples devem, desde já, ser observados pelo Fonoaudiólogo que planeja participar do concurso, em relação a documentação exigida. São cuidados simples e que muitas vezes são esquecidos, como resultado de leitura apressada das instruções. Ao detectar problemas na documentação, a entidade responsável pela aplicação do concurso (Vunesp), é obrigada a desconsiderar os documentos, muitas vezes vitais para a pontuação mínima exigida.

Alguns exemplos de situações que podem comprometer o bom resultado do concurso de títulos e provas, que foram detectados nos concursos anteriores, são apresentados a seguir.

O edital é muito claro na exigência de apresentação de cópias autenticadas ou na apresentação do original, para ser cotejado. Sem isso, a documentação não é aceita.

Uma das exigências do edital é a apresentação de certidões e declarações, para que possa ocorrer a concessão da pontuação. O que tem faltado nesses documentos? A identificação do signatário. A assinatura está no documento, mas sem a identificação de quem o assinou, o que inviabiliza sua aceitação.

Também é exigido que, na apresentação de um certificado de curso de especialização, conste o seu programa, para que possa ser verificado se preenche as condições estabelecidas para pontuação. Se este histórico não é anexado, a documentação é desconsiderada e os pontos se perdem.

Muitas vezes, a declaração de aprovação em concurso público, que é obrigatoriamente publicada em Diário Oficial, é documentada apenas com o recorte dessa publicação, sem a identificação da edição, da página e da data da publicação. E lá se vão pontos preciosos...

É importantíssimo que o Fonoaudiólogo fique atento a todas as exigências do edital; e também as instituições que oferecem esses cursos, para que não sejam geradas documentações incompletas.

Verifique o documento em seu poder e se comunique com antecedência com a instituição se detectar alguma falha, para que possa regularizá-lo a tempo.

Os valores da pontuação estão publicados no edital. Para conferi-los acesse o site do CFFa

www.fonoaudiologia.org.br ou da Fundação Vunesp www.vunesp.com.br.

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia comunica que a data limite de submissão de trabalhos é 29/05/2009 pelo site www.sbfa.org.br/fono2009.



17º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia
1º Congresso Ibero-Americano de Fonoaudiologia

De 21 a 24 de outubro de 2009 Salvador - Bahia - Brasil

Local: HOTEL PESTANA BAHIA

Informações, inscrições e submissão de trabalhos: www.sbfa.org.br/fono2009



AVESP homenageia Fonoaudiólogos

O “Dia do Fonoaudiólogo” foi lembrado pela Associação de Vereadoras do Estado e São Paulo (AVESP), no Clube Paineiras do Morumby, e pelo Movimento Mulheres da Verdade. As entidades prestaram homenagens às mulheres profissionais que têm suas atividades enaltecidas todo mês de dezembro. A solenidade aconteceu no Clube Paineiras do Morumby, em São Paulo, em 12 de Dezembro. O evento contou com a presença de vereadoras do Estado de São Paulo, de integrantes do Movimento Mulheres da Verdade e do Clube Paineiras do Morumby. A presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Sandra Vieira, recebeu a homenagem em nome dos Fonoaudiólogos.



Arquivo CFFa

Fonoaudióloga Sandra Vieira,
Presidente do CFFa

CFFa assume coordenação-adjunta do FENTAS

O Conselho Federal de Fonoaudiologia assumiu a Coordenação-Adjunta do FENTAS, em eleição realizada na Reunião Ordinária de 10 de fevereiro de 2009. O Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde (FENTAS) é um fórum nacional, permanente, de representação dos trabalhadores em suas diversas formas de organização, sejam associações nacionais de categoria, sejam Conselhos Federais de fiscalização do exercício profissional, ou sejam Confederações nacionais de trabalhadores, Federações nacionais de categoria. É um fórum de articulação e deliberação políticas em defesa do Sistema Único de Saúde e de discussão democrática sobre questões pautadas no Conselho Nacional de Saúde, no sentido de subsidiar e defender a posição do fórum no Conselho Nacional de Saúde.



FONOAUDIOLOGIA PADOVAN MÉTODO PADOVAN DE REORGANIZAÇÃO NEUROFUNCIONAL

Formação no Método Padovan de Reorganização Neurofuncional, em S. Paulo

Módulo I – Bases do Método e aprendizado dos exercícios corporais – de 01 a 04/04

Módulo II – Estudo das Funções Orais e respectivos exercícios – de 03 a 06/06

Módulo III – Exercícios específicos para Má Oclusões e problemas de articulação – de 06 a 09/08

Módulo IV – Estudo dos Sentidos, Dislexia e Autismo – de 23 a 26/09

Módulo V – Conclusão e Aprofundamento. Revisão da prática – de 18 a 21/11

Estes cursos serão realizados também em Juiz de Fora/MG, Natal/RN, Niterói/RJ, Recife/PE e Salvador/BA. (Vide INFORMAÇÕES abaixo).

Cursos sobre o Método Padovan de Reorganização Neurofuncional para a Área da Educação, destinado a Professores, Psicólogos, Pais e Educadores em Geral – no dia 21 de março e no dia 19 de setembro, sábados, das 09 às 17 h.

INFORMAÇÕES e INSCRIÇÕES

S. Paulo – Fone/Fax (011)-5536.4920 (c/Denise) – Fones (011) 5533.7304 e 5044.0138- (Clínica do Campo Belo) - clinicas@padovan.pro.br

Juiz de Fora – Fone/Fax (032) 3231.1492, com a Dra. Marilise A. Paraizo - CEMIMP (Centro Mineiro do Método Padovan) - mparaizo@terra.com.br

Natal/Recife - Fone (084) 3206.0144, Fax (084)3234.1813, c/ a Fga. Yara Caldas - CENOMP (Centro Nordeste do Método Padovan) - yaracaldas@digizap.com.br

Niterói – Fone/Fax (021)-2717.6119, c/ a Fga. Iolanda Bezerra Costa - CECAMP (Centro carioca do Método Padovan) - iolanda@cecamp.net

Salvador – Fones (071) 3374.3386 e 8105.4671, c/ a Fga. Fátima Muxfeldt - CEBAMP (Centro Baiano do Método Padovan) - cebamp.fatima@yahoo.com.br

(www.padovan.pro.br).

Parabéns

Me chamo Juarez Belmiro, sou Fonoaudiólogo aqui em São Luís do Maranhão. Gostaria de comentar a excelente matéria “Operação Sorriso – transformando vidas, gerando sorrisos”. Foi muito bom ver a Fonoaudiologia bem-representada pelas três profissionais voluntárias nas ações Operação Sorriso do Brasil. Precisamos de mais pessoas que a cada dia se disponham a fazer o melhor em prol da qualidade de vida dos nossos pacientes. Mais uma vez quero parabenizar todo o corpo componente do CFFa que nos dá a oportunidade de conhecer o que a Fonoaudiologia vem realizando no Brasil e no exterior.

*Fonoaudiólogo Juarez Belmiro
São Luiz (MA)*

Satisfação

Gostaria apenas de demonstrar a minha satisfação ao ver que o profissional Fonoaudiólogo está cada vez mais inserido em campanhas de ações de saúde comunitária, como foi publicado na última edição, com as seguintes matérias: Triagens vocais em professores, Operação sorriso, Dia mundial da saúde em Brasília, Vez da voz e, em Fortaleza, a campanha contra a rubéola.

*Fonoaudiólogo Ulisses Lacerda
Fortaleza (CE)*

Empreendedorismo

Gostaria de parabenizar o Conselho Federal de Fonoaudiologia pela visão e pelo novo jornal do CFFa! A exposição Empreendedora do CFFa na profissão de Fonoaudiologia, nos deixaram muito felizes!

*Fonoaudióloga Heloísa Santos
São Paulo (SP)*

Na prateleira



Processando Sons! 2

De Flávia Rodrigues e Valéria Rimini
Colaboração Ana Alvarez
Ano: 2008
Edição: 1
Páginas: 15
Acabamento: Brochura capa emborrachada

O *Processando Sons! 2* tem o objetivo de fortalecer o desenvolvimento das habilidades auditivas da criança. O livro integra som, imagem e texto que instigam a mente infantil e estimulam a linguagem e a audição.

O livro contém 48 ilustrações das histórias relatadas nas 28 faixas do CD que o acompanha, além de um tabuleiro dos recortes sonoros. Os sons fazem parte de histórias acompanhadas nas pranchas ilustrativas, que auxiliam na reconstrução verbal dos estímulos não-verbais ouvidos. A criança é levada a detectar, identificar e reconhecer sons não-verbais e fazer associações auditivo-visuais.

O material tem inúmeras aplicações clínicas e é destinado a estudantes de graduação em Fonoaudiologia, Psicologia e áreas afins. Fonoaudiólogos com atuação em processamento auditivo (central) podem utilizar o material para oferecer co-

nhecimento sobre a intervenção no distúrbio, principalmente quando de origem não-verbal.



Brincando e Escrevendo

(Obra Completa)
De Silvana Aparecida de Lima
Editora: Pro Fono
Ano: 2008
Edição: 1
Páginas: 292
Acabamento: Brochura

A obra é toda ilustrada e dedicada às crianças que apresentam dificuldades na leitura e na escrita. E trás sugestões de atividades para o profissional que atua nessa área, que possibilitam a seleção e o trabalho com fonemas específicos, de acordo com a necessidade da criança. A prática desses exercícios tem como objetivo generalizar e fixar os grafemas, a discriminação e percepção auditiva/visual, a coordenação motora, a leitura e a criatividade.

A série *Brincando e Escrevendo* é o resultado das atividades práticas da autora com crianças que apresentam dificuldades na leitura e escrita.

Agenda

24º Encontro Internacional de Audiologia (Período: 18 a 21/4/2009)

Local: Universidade Sagrado Coração – Bauru (SP)

Realização: Academia Brasileira de Audiologia (ABA)

Informações: www.audiologia.org.br

III Seminário Científico “Políticas Públicas, Serviços e Sistemas em Saúde Auditiva” (Período: 21 a 22/5/2009)

Local: Bauru (SP)

Informações: (14) 3234-2280 / cpa@centrinho.usp.br / www.centrinho.usp.br/eventos/info

Speech Pathology Australia National Conference (Período: 27 a 31/5/2009)

Local: Sydney

Informações: www.asha.org/default.htm

8º Congresso Nacional da Rede Unida (Período: 6 a 9/5/2009)

Informações: www.redeunida.org.br

VIII Jornada Goiana de Fonoaudiologia e

II Encontro de Egressos de Fonoaudiologia da UCG (Período: 3 a 6 /6/2009)

Local: Goiânia (GO)

Informações: Classeeventos e Departamento de Fonoaudiologia da UCG

Informações: (62) 3224-0733 / tel/fax: (62) 3095-1706 / classeeventos@classeeventos.com.br

VII Simpósio Brasileiro sobre motilidade digestiva, VII Enc. Bras. sobre disfagia e

VII Colóquio Brasileiro multidisciplinar de deglutição e disfagia (Período: 12 a 14/6/2009)

Informações: www.sbmd.org.br / secretaria@malulosso.com.br

I Congresso Virtual de Fonoaudiologia (Período: 15 a 26/6/2009)

Inscrições Promocionais até 15/5/2009

Inscrições de trabalhos até 30/5/2009

Informações: www.fonocurso.com.br / congresso@fonocurso.com.br

17º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia (Período: 21 a 24/10/2009)

Local: Pestana Bahia Hotel – Salvador (BA)

Realização: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia

Informações: www.sbfa.org.br

30º Congresso Internacional de Audiologia (Período: 20/3 a 1/4/2010)

Local: São Paulo (SP)

Realização: International Society of Audiology (ISA)

Informações: www.ica2010.com.br / cong@rhamam.com.br

28th International Congress of the IALP (Período: 22 a 26/8/2010)

Local: Atenas (Grécia) no International Conference Centre

Informações: www.ialpathens2010.gr / e-mail info@ialpathens2010.gr



24º Encontro
Internacional
de Audiologia

Os grandes nomes da
Audiologia Nacional
e Internacional reunidos
em Bauru - São Paulo.

Consulte a grade completa
e inscreva-se

www.audiologiabrasil.org.br/eiabauru2009



Deanna Meinke
University of Northern Colorado



Brian Fligor
Harvard Medical School



Stefan Launer
University of Oldenburg, Phonak

e mais...

Juan Carlos Calvo Prieto
Phonak

Mariana Maggio De Maggi
Phonak

Mais informações:
eia@audiologiabrasil.org.br
ou (11) 3676-0688

18 a 21 de abril de 2009

Bauru - São Paulo

Realização:



ACADEMIA
BRASILEIRA DE
AUDIOLOGIA

Promoção:



CURSO DE FONOAUDIOLOGIA
F08 / USP / BAURU

Apoio:



HOSPITAL DE REABILITAÇÃO
DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS
Universidade de São Paulo

Organização:

